



000002

PREFEITURA DE
MARAGOGI
Mudando sua vida. Presente na cidade.

TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de SANITIZAÇÃO, o que compreende um processo de higienização e eliminação de agentes causadores de infecção nas instalações dos estabelecimentos da Secretaria Municipal de Educação do município de Maragogi/AL, com fornecimento de material, ferramentas, utensílios, equipamentos e pessoal.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Justifica-se a contratação de empresa especializada para os referidos serviços, através do tratamento de imunização para a redução do número de contaminantes, em especial micro-organismos responsáveis pela causa de infecções respiratórias (como o novo coronavírus / COVID-19), que possam causar algum dano aos usuários nas instalações dos estabelecimentos da Secretaria Municipal de Educação do município de Maragogi/AL. A realização dos serviços de sanitização é necessária para garantir a proteção e qualidade de vida no ambiente de trabalho e ensino para toda comunidade.

3. DO OBJETO E QUANTIDADE

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PRÉDIOS A SEREM IMUNIZADOS
01	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	CRECHE MUNICIPAL DR. MÁRIO LACERDA
02	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	CRECHE NORMA VASCONCELOS CEDRIM
03	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	EMEB EURICO ACIOLY WANDERLEY
04	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	CRECHE VOVÓ NOÊMIA
05	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	EMEB JOÃO PAULO DA SILVA
06	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	EMEB AMARO FERRAZ DE MACEDO
07	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	EMEB MAURÍCIO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
08	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	EMEB RAUL DE MELO MORATO
09	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	EMEB JOSÉ RIBEIRO
10	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	EMEB VEREADOR JOSÉ VINCENTE
11	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	EMEB PROF YONE SILVA HENZEL
12	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	EMEB OTHON BERARDO



13	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	de	EMEB JOSÉ CASSIANO FERREIRA
14	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	de	EMEB DR. LUÍS DE CORREIA MIRANDA
15	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	de	EMEB MARIA CANDIDA CORREIA DE BRITO
16	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	de	EMEB HOMERO DA ROCHA DE HOLANDA
17	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	de	EMEB MARIA LÚCIA LUCEIA ACIOLY DA S.
18	Prestação de serviços de SANITIZAÇÃO	de	EMEB EROTIDES RODRIGUES SALDANHA

4. MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU DE FORNECIMENTO DE BENS

- 4.1. A contratação pretendida abrange a prestação de serviços de SANITIZAÇÃO, o que compreende um processo de higienização e eliminação de agentes causadores de infecção. O contratado deverá executar o serviço em cada prédio. O faturamento será de acordo com a prestação de serviços executados.;
- 4.2. A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como ser executado em conformidade com as determinações das normas da ANVISA, ABNT e dispositivos previstos em Leis específicas, através de colaboradores habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda com a utilização de ferramentas e equipamentos apropriados, de acordo com as recomendações do fabricante, de modo a garantir sua eficácia;
- 4.3. Os colaboradores deverão se apresentar sempre uniformizados, devendo ostentar de forma bem visível, o crachá da empresa;
- 4.4. Os serviços serão executados sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, no horário de 07h30min das 14h30, 2ª a 6ª feira, ou, alternativamente, em horários e dias previamente acordados conforme conveniência do Contratante e, observando as condições deste Termo, e as normas técnicas;
- 4.5. A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento, sem ônus para os estabelecimentos de educação do município, de todo o material de consumo instrumental, equipamentos de proteção – EPI's, ferramentas e demais aparelhagens necessárias para a execução dos serviços.
- 4.6. A Contratada deverá manter organizado, limpos e em bom estado de higiene o local onde estiver executando os serviços contratados, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, coletando e removendo as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral;
- 4.7. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

5. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. A demanda tem como base as seguintes características:
 - 5.1.1. Trata-se de serviço comum, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade



dispensa de licitação.

- 5.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta..

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 São obrigações da Contratante:
- 6.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 6.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 6.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, através da Coordenação Financeira das unidades de saúde de Maragogi, no prazo e condições estabelecidas;
- 6.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão de obra necessária à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional;
- 7.2. Responsabilizar-se pelo bom comportamento se seus prepostos, podendo a Contratante solicitar a substituição de qualquer técnico cuja permanência seja, a critério da Contratante, considerada inadequada na área de trabalho;
- 7.3. Executar os serviços contratados observando as normas adotadas pela Contratante, quando prévia e expressamente formalizada à Contratada;
- 7.4. Zelar para que seus prepostos envolvidos na prestação dos serviços contratados se apresentem convenientemente trajados e devidamente identificados;
- 7.5. Orientar o Contratante quanto ao melhor uso dos equipamentos;
- 7.6. Manter técnicos habilitados em serviço;
- 7.7. Ter responsabilidade técnica pelos serviços realizados;
- 7.8. Responsabilizar-se pela estrita observância das normas de segurança interna, bem como atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em Lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas na execução dos serviços;
- 7.9. Não subcontratar, sob nenhum pretexto ou hipótese, os serviços objeto do Contrato;
- 7.10. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, especialmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;
- 7.11. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;



000005

PREFEITURA DE
MARAGOGI
Mudando sua vida. Presente na cidade.

- 7.12. Executar os serviços conforme o estabelecido no Contrato e de acordo com as necessidades do Contratante, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- 7.13. Executar os serviços com equipamentos e vestuário apropriados, respeitando as normas referentes à segurança e acidente do trabalho;
- 7.14. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a Contratante, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- 7.15. Apresentar sugestões que viabilizem a melhoria, expansão ou adequação do sistema e seus componentes, devendo o acatamento ser de responsabilidade da Contratante;
- 7.16. Reparar, corrigir, remover ou substituir o material, no total ou em parte, objeto do Contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço;
- 7.17. Apresentar relação dos empregados que prestarão serviços nas dependências da Contratante, mantendo-a atualizada, bem como indicar os nomes, endereços, números de telefones do (s) técnico (s) responsável (is) pelo atendimento;
- 7.18. A Contratada deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;
- 7.19. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

- 8.1. Faturamento: A nota fiscal, e/ou fatura, deverá ser emitida em nome do Órgão Contratante.
- 8.2. Prazo para Pagamento: O pagamento do objeto ocorrerá em até 30 dias úteis contados da entrega da nota fiscal ou fatura e conseqüente formalização do recebimento do objeto, mediante crédito em conta corrente.

9. DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 9.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.



- 9.3. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:
- 9.4. Os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 9.5. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 9.6. A qualidade e quantidade dos recursos materiais, equipamentos e utensílios utilizados;
- 9.7. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- 9.8. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;
- 9.9. A satisfação da Administração usuária.
- 9.10. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.11. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 9.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:
- 10.2. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;]
- 10.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.4. Fraudar na execução do contrato;
- 10.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.6. Cometer fraude fiscal;
- 10.7. Não mantiver a proposta;
- 10.8. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;



000007

PREFEITURA DE
MARAGOGI
Mudando sua vida. Presente na cidade.

- 10.9. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- 10.10. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- 10.11. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, observado o Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.
- 10.12. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 10.13. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.14. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.15. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.16. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.
- 10.17. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Maragogi – AL, 20 de julho de 2021.

José Arthur Cavalcante Bezerra
Secretario Municipal de Educação